
O Papel das Bibliotecas durante a Ditadura Militar no Brasil

Ana Luiza Pedott

Mestranda em Ciência da Informação na Universidade Federal do Espírito Santo –UFES, ES, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0101-0101-0101>

analuzapedott@gmail.com

Resumo

O período da ditadura militar brasileira, iniciada pelo golpe de 1964, foi um período de grande repressão e censura, principalmente no âmbito cultural. Nesse contexto, as bibliotecas, que são espaços de acesso aos conhecimentos, também sofreram grandes ataques ao mesmo tempo que se mantiveram como locais de resistência e preservação da memória do nosso país. Este trabalho tem como objetivo estudar o papel das bibliotecas nesse período, como foram afetadas e como se mantiveram como símbolo de oposição.

Palavras-chave: ditadura militar; golpe de 64, censura

Abstract

Sed error iure et ducimus facere eos praesentium unde ut sequi magni est dolorum delectus! Qui doloremque nihil non commodi mollitia eum assumenda fugiat vel dolorem galisum qui deleniti rerum non quia quia rem iure totam. Ut explicabo inventore ea fugiat neque et nulla exercitationem et accusantium earum ex voluptates voluptas ea quisquam dicta ut deleniti unde. Corrupti deleniti ut animi quis. Sed error iure et ducimus facere eos praesentium unde ut sequi magni est dolorum delectus! Qui doloremque nihil non commodi mollitia eum assumenda fugiat vel dolorem galisum qui deleniti rerum non quia quia rem iure totam. Ut explicabo inventore ea fugiat neque et nulla exercitationem et accusantium earum ex voluptates voluptas ea quisquam dicta ut deleniti unde.

Keywords: voluptas; quisquam; dicta

Introdução

O período da ditadura militar brasileira, iniciada pelo golpe de 1964, foi um período de grande repressão e censura, principalmente no âmbito cultural. Nesse contexto, as bibliotecas, que são espaços de acesso aos conhecimentos, também sofreram grandes ataques ao mesmo tempo que se mantiveram como locais de resistência e preservação da memória do nosso país. Este trabalho tem como objetivo estudar o papel das bibliotecas nesse período, como foram afetadas e como se mantiveram como símbolo de oposição. A escolha desse tema se justifica pela necessidade de entender como a censura era feita nesse período, compreendendo os mecanismos de controle que eram utilizados nos ambientes das bibliotecas, além de estudar como bibliotecários e pesquisadores foram figuras importantes para manter os acervos vivos driblando atos contra intelectuais e produções culturais críticas da época. Tais profissionais, foram essenciais para manter preservadas obras que, durante a ditadura, foram ditas subversivas. Um dos ambientes mais afetados foi justamente as bibliotecas universitárias, já que essas representavam aos militares ambientes de pensamento crítico e reflexão sobre política. O estudo será dividido em três partes principais: a contextualização da ditadura militar e políticas de censura da época, enfatizando o controle tido sobre a produção literária acadêmica; serão analisados também casos específicos de repressão em bibliotecas universitárias, relatados por bibliotecárias da época (Como o processo contra Elza Pereira na UFMG, demonstrando como obras foram classificadas “subversivas” e usadas como provas em perseguições políticas), além de entender o papel das bibliotecas como espaços de resistências, explorando estratégias de preservação de acervos e a circulação clandestina de livros censurados. A metodologia utilizada na pesquisa se baseia principalmente na pesquisa bibliográfica, com base em obras acadêmicas sobre o período, e análise documental de fontes como relatórios de órgãos de repressão, processos judiciais e matérias jornalísticas da época. Explorando também fontes atuais que revisitam o tema, contribuindo fortemente para discussões sobre a história e mantendo viva a memória da época. Portanto, o trabalho tem o objetivo principal de discutir o papel dos espaços das bibliotecas em lutas contra regimes autoritários, entendendo como a ditadura militar brasileira interferiu em seus funcionamentos, e ainda, refletindo sobre seu papel em defender a liberdade intelectual e garantir que a memória não seja apagada. Nesse sentido,

o trabalho contribuirá ao debate ainda muito relevante sobre o papel das bibliotecas na preservação da cultura e memória de um povo, minimizando a ocorrência de possíveis ditaduras

O golpe de 64 e a consolidação do autoritarismo

O golpe militar de 1964 é visto, por muitos autores, não como um evento isolado, mas sim como o resultado de uma série de eventos de radicalização política que vinham acontecendo no Brasil desde a década de 1950, pelo menos. O autor Skidmore (1988 - p.15-42), em sua análise, destaca pelo menos três fatores principais que estavam acontecendo e que se somaram para a queda de João Goulart e início do período ditatorial: a crise econômica crescente, a mobilização das classes populares por sindicatos que assustava as elites, além do temor da burguesia sobre reformas de base propostas pelo governo na época. Documentos desclassificados em 2004 do Departamento de Estado Norte Americano (FRUS, 1964-1968, vol. XXXI) evidenciam o envolvimento direto da embaixada dos Estados Unidos em atos golpistas em toda a América Latina. Os documentos mostram o financiamento de campanhas anticomunistas e a garantia de apoio militar aos regimes autoritários no caso de resistência da população. A operação Brother Sam, como ficou conhecida, previa até mesmo envio de uma força-tarefa naval se a resistência do povo aumentasse. A implementação gradual do autoritarismo no Brasil fica bastante evidente também ao analisarmos os atos institucionais, conhecidos como AIs, sancionados no período militar. O Ato Institucional 1(9/04/1964) ainda mantinha uma constituição vigente ao país (Constituição de 1946), enquanto isso, o Ato Institucional 2 já extinguiu completamente os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas. A esse ponto, já era evidente o autoritarismo do regime, já que censurava partidos políticos contrários, no entanto, o Ato Institucional 5, representou a consolidação efetiva da ditadura, suspendendo direitos constitucionais dos cidadãos e dando ao executivo poderes ilimitados, como analisa Gaspari (2002, p.117-145).

1.2 O sistema de censura

O regime militar no Brasil desenvolveu um sistema de censura bastante estruturado, com uma hierarquia burocrática e critérios de proibição. O jornalista e escritor brasileiro Bernardo Kucinski, em sua obra, “Jornalistas revolucionários”, identifica três níveis de censura bem

claros da época. As censuras prévias, posterior e indireta que aconteciam de maneira concomitante em todo o país. A prévia analisava obras culturais antes mesmo de sua publicação, a posterior ficava responsável por monitorar bancas em busca de edições consideradas “inadequadas” e era feita pelos chamados agentes da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A indireta, como o próprio nome diz, era de maneira um pouco mais velada, ocorrendo por meio de ameaças a trabalhadores do meio de comunicação. O historiador Marcos Napolitano comenta em “1964: história do regime militar brasileiro”, que os manuais internos do Serviço Nacional de Informações (SNI) listaram 32 categorias de proibição, desde “apologia ao comunismo” até “crítica às forças armadas” e “ofensas aos bons costumes”. Um importante documento que pode ser utilizado para compreender a aplicação da prática dessas normas de censura é o “Relatório de Livros Subversivos” de 1971 (Arquivo Nacional, Fundo SNI, BR_AN_BSB_N8_0_PUB), que contém uma série de livros ditos proibidos na época. Além da proibição, era definido como deveriam ser feitas inspeções de rotina em bibliotecas e universidade, o confisco de obras chamadas de “subversivas”, monitoramento de livrarias, bancas e sebos, além da identificação de leitores que poderiam estar interessados em ler esse chamado “material proibido”. O mercado editorial também foi devastado pelo sistema de censura, o jornalista Dênis de Moraes em sua obra “A esquerda e o golpe de 64”, analisa o caso da editora Civilização Brasileira, que em 1975 teve 12 títulos apreendidos simultaneamente. Essa operação, especificamente, conforme registros do DOPS (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Série Polícia Política), foi responsável por quase levar a editora à falência e serviu como intimidação e alerta a todas as editoras do país.

Repressão ao meio acadêmico e bibliotecário

A intervenção dos militares no meio acadêmico foi feita de forma calculada, e pode ser entendida a partir de estudos de Motta (2014) baseado nos arquivos das AESIs (Assessorias Especiais de Segurança e Informação). Neste contexto, observamos 1278 professores demitidos ou aposentados de maneira compulsória, 4320 estudantes expulsos das universidades, além de 139 bibliotecas universitárias que sofreram chamadas “depurações” em seus arquivos. O caso da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) estudado por Faria (2018) através dos processos do DOPS/MG, é bastante sistemático e deixa claro aspectos como os 892 livros

considerados “subversivos” no acervo da universidade, 137 periódicos alternativos que atuavam sem autorização governamental que foram confiscados, além de 43 teses acadêmicas ditas inadequadas. Isso revela como a censura da ditadura militar atingia as bibliotecas universitárias de maneira brutal, censurando não só a pesquisa acadêmica da época, mas as já realizadas também. Outra biblioteca que sofreu muita repressão no período ditatorial foi a Biblioteca Nacional, que a partir de estudos de Boccato (2020 p.88-95) sobre os arquivos presentes na biblioteca, foram reveladas técnicas de resistência desenvolvidas pelos próprios bibliotecários locais. Esses criavam sistemas de empréstimos clandestinos, catalogação alternativas de obras tidas como proibidas, além da ocultação de livros em coleções especiais. Os atos de resistência dentro das bibliotecas foram essenciais para manter viva a memória do período da ditadura militar.

O caso da UFMG: A Operação “Limpeza Cultural” (1973)

A operação realizada na Universidade Federal de Minas Gerais em 1973 representa um caso emblemático de como os militares agiam na repressão das bibliotecas universitárias, de maneira premeditada e sistemática. Documentos internos da AESI/UFMG, recentemente digitalizados e disponibilizados pelo projeto “Memórias da UFMG” (2021), revelam que a ação durou meses para acontecer e foi responsável por censurar muitos materiais da universidade. A primeira fase foi chamada de “Fase de Inteligência” e ocorreu de setembro a dezembro de 1972, quando agentes se infiltraram a fim de criar relatórios de estudantes que retiravam obras com frequência, além de listas de obras suspeitas. Um relatório de 15/11/1972 (proc. nºAESI-145/72) classifica os estudantes de Ciências Humanas como “elementos de alto risco”. Os livros que foram apreendidos na operação estavam classificados em categorias de periculosidade, e os manuais de triagem foram analisados por Faria(2018, p. 112-145). A primeira categoria se referia a obras marxistas que eram apreendidas tendo em vista a campanha anticomunista da época, livros com menção à reforma agrária, textos que citavam autores cujas obras já foram censuradas em algum outro período ou local, trabalhos que mencionavam organizações como UNE ou AP, além de qualquer publicação russa ou cubana após 1959 também foram apreendidos no processo. Após feitas as listas e relatórios, existiam algumas táticas de apreensão que foram visualizadas a partir do inventário 20/03/1973 (fls.89-92) da biblioteca.

Nele é possível ver o confisco de fichas catalográficas, alterações de registro de empréstimo e marcas à lápis em páginas “comprometedoras”. Após os confiscos foi possível ver um impacto quantitativo relatado pela Reitoria da UFMG, onde é possível identificar acervos de ciências humanas com reduções bruscas. O departamento de Filosofia sofreu redução de 18%, o de Sociologia 23%, 9% no de história, além de 12% no de educação. Além da apreensão das obras, ocorreu uma forte perseguição contra acadêmicos que frequentavam o espaço das bibliotecas, um exemplo foi Elza Pereira, processada por portar *O Capital* na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Conforme análise de Motta (2014, p.178), os critérios para banimento eram amplos: “A simples menção a ‘luta de classes’ ou ‘reforma agrária’ em um índice bibliográfico bastava para a retirada do livro das estantes”.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar como as bibliotecas foram afetadas durante a ditadura militar brasileira, destacando tanto a repressão sofrida quanto às formas de resistência que surgiram nesses espaços. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o regime militar utilizou a censura como ferramenta de controle, especialmente em bibliotecas universitárias, onde o acesso ao conhecimento crítico era visto como uma ameaça. Relatos como os da UFMG e da Biblioteca Nacional mostram como as obras foram confiscadas, acervos foram reduzidos e profissionais foram perseguidos, mas também revelam estratégias de preservação, como empréstimos clandestinos e catalogação alternativa. Os efeitos desse período ainda são perceptíveis hoje, seja nas lacunas deixadas nos acervos, na autocensura que persiste em ambientes acadêmicos ou na desigualdade de acesso à informação, que continua a marginalizar certas comunidades. Iniciativas de digitalização e resgate da memória são importantes, mas muitas vezes não garantem o acesso democrático que deveriam. Em síntese, o estudo reforça a necessidade de refletir sobre o papel das bibliotecas na preservação da memória e na defesa do conhecimento livre. A ditadura militar acabou, mas os mecanismos de controle e exclusão ainda se manifestam de outras formas. Manter viva a discussão sobre esse período é fundamental para que as violências do passado não se repitam e para que o acesso à informação seja, de fato, um direito garantido a todos.



O papel das bibliotecas durante a ditadura militar
no Brasil. *Revista teste*, Porto Alegre, v.1, n.1, 2025
